

## UM PANORAMA DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO; DESAFIOS E AVANÇOS

AN OVERVIEW OF INCLUSIVE PRACTICES FOR STUDENTS WITH SPECIFIC EDUCATIONAL NEEDS IN FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION; CHALLENGES AND ADVANCES

PANORAMA DE LAS PRÁCTICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDIANTES CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECÍFICAS EN LOS INSTITUTOS FEDERALES DE EDUCACIÓN; RETOS Y AVANCES

Regina Santos Jorge<sup>1</sup>

Rodrigo Carvalho Dias<sup>2</sup>

Valci Ferreira Victor<sup>3</sup>

Mary Lúcia Gomes Silveira de Senna<sup>4</sup>

**RESUMO:** O atendimento educacional especializado oferecido nos Napnes (Núcleo de apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) representa um serviço público fundamental para a inclusão e permanência de egressos na educação profissional, pois os institutos visam garantir uma formação humana integral, garantindo, assim, mais independência e autonomia aos egressos. Sabe-se que a educação especial é um direito garantido por lei e sua aplicabilidade necessita de um olhar mais criterioso no sentido de assegurar inclusão e formação integral de todos. O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática de natureza qualitativa realizada através da análise de seis artigos publicados nos últimos cinco anos sobre a temática, buscando, desse modo, responder à questão norteadora: como vem sendo realizadas as práticas inclusivas de alunos que necessitam de atendimento educacional específico nos institutos federais de educação, com enfoque em seus avanços e desafios? Neste sentido, os achados preliminares apontam para a necessidade de investimento na formação de professores e maior volume de recursos empregados na implementação de políticas públicas direcionadas à educação especial. Isso contribuirá para a formação de uma equipe qualificada, que possa oferecer, efetivamente, um atendimento educacional especializado, que, por consequência, inclua e forme um aluno integralmente, tornando-o capaz de transformar a sociedade.

2992

**Palavras-chave:** Instituto Federal de Educação. Inclusão. Atendimento Educacional Especializado. Napnes.

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3739-2648>  
<http://lattes.cnpq.br/0131373142353389>.

<sup>2</sup>Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4615-6530>  
<http://lattes.cnpq.br/3438256930029264>.

<sup>3</sup>Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2935-5895>  
<http://lattes.cnpq.br/7106815422634632>.

<sup>4</sup>Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4112-5470>  
<http://lattes.cnpq.br/1745769805611202>.

**ABSTRACT:** The specialized educational services offered at Napnes (Support Centers for People with Specific Educational Needs) are of fundamental importance for the inclusion and retention of graduates in professional education, as these institutions aim to guarantee a comprehensive human development, thus offering greater independence and autonomy to graduates. It is known that special education is a right guaranteed by law, and its applicability requires a more careful analysis to provide inclusion and comprehensive education for all. This study is a systematic, qualitative review conducted through the analysis of six articles published in the last five years on the subject, thus seeking to answer the guiding question: How are inclusive practices for students requiring specific educational services being implemented in federal educational institutions? Focusing on their progress and challenges. In this sense, preliminary findings point to the need for investment in teacher training and better investment in public policies aimed at special education, thus contributing to the development of a qualified team capable of effectively providing specialized educational services that fully include and develop students and are capable of transforming society.

**Keywords:** Federal Institute of Education. Inclusion. Specialized Educational Services. Napnes.

**RESUMEN:** Los servicios educativos especializados que se ofrecen en Napnes (Centros de Apoyo para Personas con Necesidades Educativas Específicas) son fundamentales para la inclusión y la permanencia de los egresados en la formación profesional, ya que estas instituciones buscan garantizar un desarrollo humano integral, ofreciendo así mayor independencia y autonomía a los egresados. Es sabido que la educación especial es un derecho garantizado por ley, y su aplicabilidad requiere un análisis más minucioso para brindar inclusión y educación integral a todos. Este estudio es una revisión sistemática y cualitativa, realizada mediante el análisis de seis artículos publicados en los últimos cinco años sobre el tema, buscando responder a la pregunta clave: ¿Cómo se implementan las prácticas inclusivas para estudiantes que requieren servicios educativos específicos en las instituciones educativas federales? Enfocándose en sus avances y desafíos. En este sentido, los hallazgos preliminares apuntan a la necesidad de invertir en la formación docente y en una mayor inversión en políticas públicas dirigidas a la educación especial, contribuyendo así al desarrollo de un equipo cualificado capaz de brindar eficazmente servicios educativos especializados que incluyan y desarrollen plenamente a los estudiantes y sean capaces de transformar la sociedad.

2993

**Palabras clave:** Instituto Federal de Educación. Inclusión. Servicios Educativos Especializados. Napnes.

## INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos ambientes escolares é um processo relativamente recente. Historicamente, esse grupo foi sistematicamente excluído tanto da sociedade quanto dos espaços educacionais, uma vez que a escola era destinada apenas aos indivíduos considerados "normais", segundo os padrões sociais e educacionais vigentes à época.

Após anos de exclusão, o mundo inteiro passou a presenciar diversos movimentos que exigiam a inclusão de todos na escola. Em 1994 foi realizada uma conferência mundial na

Espanha sobre as necessidades educacionais especializadas. Deste encontro foi formulada a “Declaração de Salamanca”, um documento que defendia uma educação e inclusão para todos. Segundo Glat e Fernandes (2005), o deficiente faz parte da sociedade. Esse novo olhar trouxe ao Brasil um novo processo de redemocratização, com mudanças significativas em várias esferas políticas.

Neste cenário surge o atendimento educacional especializado (AEE), que é uma complementação dos estudos da sala de aula, na qual atende um grupo específico: pessoas que têm deficiência (física, intelectual, auditiva); altas habilidades/superdotados; e transtornos globais do desenvolvimento (inclusive autismo). Vale ressaltar que o atendimento não pode ser considerado substituto, mas complemento. Na educação profissional e tecnológica, o AEE visa promover inclusão e formação integral dos egressos a fim de torná-los mais autônomos e independentes.

A Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiências menciona que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizagem ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Com o movimento de expansão dos institutos federais de educação a partir de 2008, os Napnes (Núcleo de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas) foram se consolidando enquanto desenvolviam ações inclusivas, oferecendo um ensino acessível e justo para todos os educandos do AEE. As equipes são formadas por psicólogos, assistentes sociais e professores. Todos trabalham em conjunto a fim de reduzir as barreiras educacionais oferecendo uma educação integral e promovendo a inclusão. Segundo Mantoan (1997), é dever da escola encontrar meios para as necessidades educativas de cada aluno. 2994

Este artigo teve como objetivo pesquisar como vem sendo realizadas as práticas inclusivas a alunos que necessitam do atendimento educacional especializado. Neste sentido, essa pesquisa foi importante para o amadurecimento e enriquecimento da literatura sobre a temática. Sabe-se que no Brasil existe um número expressivo de leis que garantem a educação especial, ou seja, a inclusão e formação integral de alunos que demandem um atendimento educacional especializado. Mas a indagação suscitada diz respeito a como estão sendo realizadas as práticas inclusivas e como o AEE nos institutos federais de educação?

O processo de inclusão nos âmbitos escolares é complexo e exige investimento e capacitação de servidores. Os institutos já avançaram muito, mas ainda existem desafios a

serem enfrentados. Isto posto, “Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1998).

## REFERENCIAL TEÓRICO

### O papel dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais nos Institutos federais

A inclusão de alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado (AEE) nos âmbitos escolares é um tema que vem sendo debatido nos últimos anos. No que se refere aos institutos federais de ensino, além de oferecer essa integração eles também têm o objetivo de garantir ao educando uma formação ampla integral, formando, assim, um indivíduo capaz de agir criticamente na sociedade, tornando-o mais autônomo. No entanto, apesar da evolução de oferta da educação especial, os institutos ainda precisam percorrer um longo caminho no sentido de atender aos alunos que necessitem do AEE.

A partir do século XX, a educação especial no Brasil pôde presenciar avanços e retrocessos no sentido de prover educação a todos. Neste cenário, a educação profissional também esteve presente nas pautas relacionadas à agenda educacional. Com isso, as políticas de inclusão nos institutos federais de educação de pessoas com deficiências foram fortalecidas ao longo dos tempos por meio do programa TecNep (Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), que estabeleceu os NAPNES (Núcleo de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais).

De acordo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 17-18), para o professor atuar na educação inclusiva

[...] deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, os centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça.

No Brasil existe um número expressivo de leis que garantem o direito à educação especial. Porém, em algumas unidades escolares é possível presenciar a falta de materiais

pedagógicos, profissionais qualificados, além da falta estrutura física, dentre outros fatores que dificultam o processo inclusivo. Para Saviani (2007, p. 115), “A precariedade dos meios materiais e das condições de trabalho do professor constitui um obstáculo que compromete o próprio processo educativo”.

Os NAPNEs têm como objetivo promover ações inclusivas nos Institutos Federais, por meio da atuação de uma equipe multiprofissional, que busca garantir aos estudantes um desenvolvimento emancipatório, respeitando as especificidades e singularidades do processo de aprendizagem de cada indivíduo.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 8), “Um processo educativo emancipatório será aquele que permita ao jovem e ao adulto compreenderem, partindo da leitura crítica das condições e relações de produção de sua existência, a dimensão ontocriativa do trabalho”. Ou seja, uma formação ampla capaz de torná-los críticos e capazes de transformar suas realidades através do trabalho.

### **Contribuições do atendimento educacional especializado para a formação profissional e tecnológica**

Serviço complementar à educação especial, o atendimento educacional especializado (AEE) é oferecido em todos os níveis e modalidades de ensino, e atende um público específico que apresenta certa dificuldade de aprendizagem em uma sala regular de ensino. Este é um direito que está assegurado constitucionalmente desde 1988, que possui um caráter exclusivamente de apoio e suporte à educação, e nunca um substituto.

2996

O AEE na educação profissional representa um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, pois os cursos assegurarão que todos os estudantes, independentemente de sua condição, tenham acesso a uma formação integral, profissional, de qualidade, preparando-o para o mundo do trabalho — um direito que foi negado por muitos anos. Ciavatta (2005 p. 17) afirma que “A educação é uma instituição necessária para incorporar a população a todo tipo de transformação social, efetiva, que se pretenda”.

Nos últimos anos, com a aplicação das políticas públicas, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, as inclusões de cursos técnicos integrados contribuíram para ampliar as oportunidades de formação profissional integral no Brasil. Para que exista a formação integrada, segundo Ciavatta (2005, p. 16), “Há que se dar ao aluno horizontes de captação do mundo além das rotinas escolares, dos limites do estabelecido e do normatizado, para que ele se aproprie da teoria e da prática que tornam o trabalho uma atividade criadora, fundamental ao ser humano”.

O atendimento educacional especializado nos institutos federais de educação é muito importante para a formação de quem apresenta necessidades educacionais específicas, pois ele visa garantir o desenvolvimento de todos os alunos, promovendo acessibilidade e inclusão.

A educação profissional oferecida nos institutos federais consiste em uma formação baseada nos princípios da politécnica defendida por Saviani. Ou seja, oferece um processo educativo que busca um sentido mais amplo da ideia de desenvolvimento, promovendo um indivíduo capaz de agir criticamente ante os desafios e a demanda do mundo do trabalho. Portanto, prioriza-se formar o educando de forma integral, indo além da cobrança de absorção de conteúdos.

Neste sentido, Urbanetz e Guimarães (2018, p. 41-43) afirmam que:

Uma das principais funções dos Institutos Federais é a oferta de educação profissional da melhor qualidade a toda a população, especialmente àquelas camadas historicamente excluídas dos processos educativos consistentes e ampliados que garantam o acesso ao conhecimento científico, historicamente produzido. Com isso busca-se quebrar a tradição de que a educação profissional oferecida aos menos favorecidos é sempre uma formação aligeirada, empobrecida.

Os alunos atendidos pelo Napnes precisam ter acesso a uma formação profissional diferenciada, baseada nos princípios da politécnica. É necessário oferecer a esse grupo condições para que sejam incluídos na escola e na sociedade, capacitando-os para que sejam independentes e autônomos, possibilitando sua participação no mundo do trabalho.

2997

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 8), “A articulação entre trabalho, cultura e conhecimento fornece ao educador de jovens e adultos uma rica materialidade como ponto de partida de um método ativo para construir e ampliar o saber”. Neste sentido, o trabalho desempenhado pelos Napnes representa grande importância para a emancipação e desenvolvimento do seu público-alvo. Para que esse objetivo seja alcançado práticas pedagógicas inclusivas precisam ser desenvolvidas, assim como haja a adaptação do currículo, qualificação dos profissionais envolvidos, dentre outros fatores.

## MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática de abordagem qualitativa, a partir da leitura e análise de seis artigos escolhidos, de diversos periódicos, na base de dados do Google acadêmico. Segundo Demerval, Coelho e Bittencourt (2020), “Revisão sistemática procura minimizar erros sistemáticos e aleatórios buscando definir claramente o procedimento a ser adotado na condução do levantamento do estado da arte de um tópico de pesquisa”.



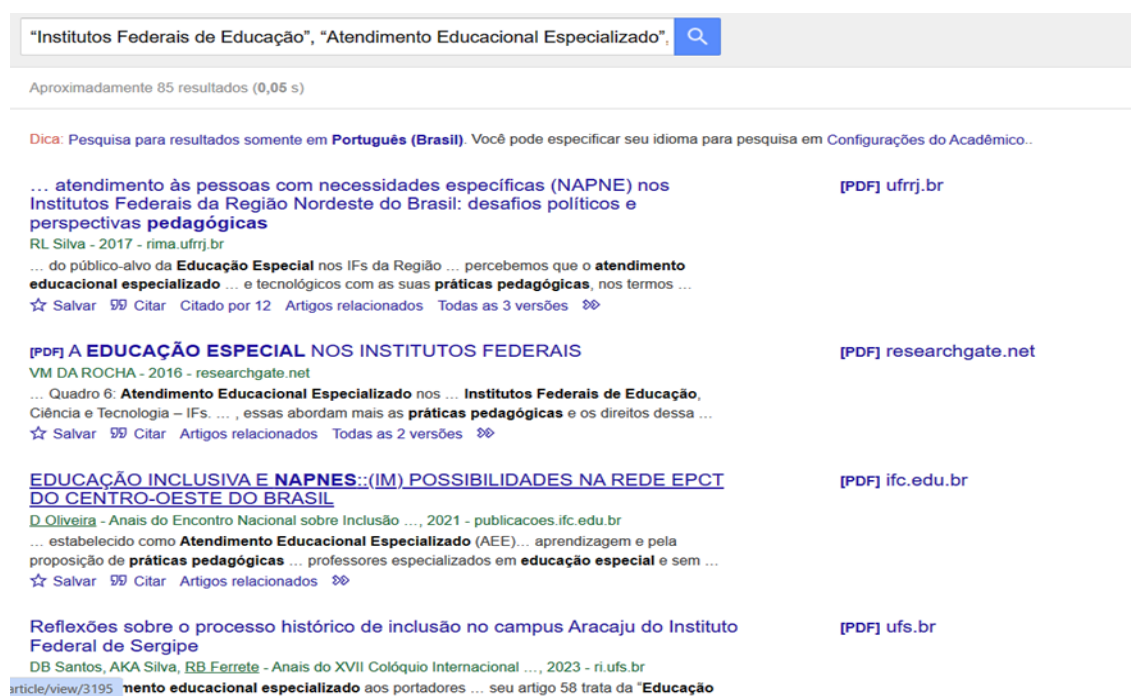
Quanto à abordagem qualitativa, Neves (1996, p. 1) afirma que a "pesquisa qualitativa" assume diferentes significados no campo das Ciências Sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

Neste sentido, a presente pesquisa procurou selecionar e analisar produções acadêmicas publicadas entre 2020 e 2025, que tratam sobre as práticas inclusivas nos Napnes dos institutos federais de educação.

A presente pesquisa foi realizada por meio do Google Acadêmico, utilizando o recurso de pesquisa avançada. Foram empregados os seguintes descritores em qualquer parte do texto: “Institutos Federais de Educação”, “Atendimento Educacional Especializado”, “Educação Especial”, “NAPNEs”, “Práticas Pedagógicas” e “pesquisa bibliográfica e documental”. A busca resultou em um total de 85 trabalhos acadêmicos, os quais foram selecionados para análise, conforme os critérios estabelecidos. A Figura 1 ilustra a quantidade de produções encontradas com base nesses termos de busca.

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: (b) textos escritos em língua portuguesa; (c) publicações que tratem do atendimento educacional especializado nos institutos federais; (d) artigos que abordem como estão sendo realizados as práticas pedagógicas inclusivas na educação especial nos institutos; (e) Napnes.

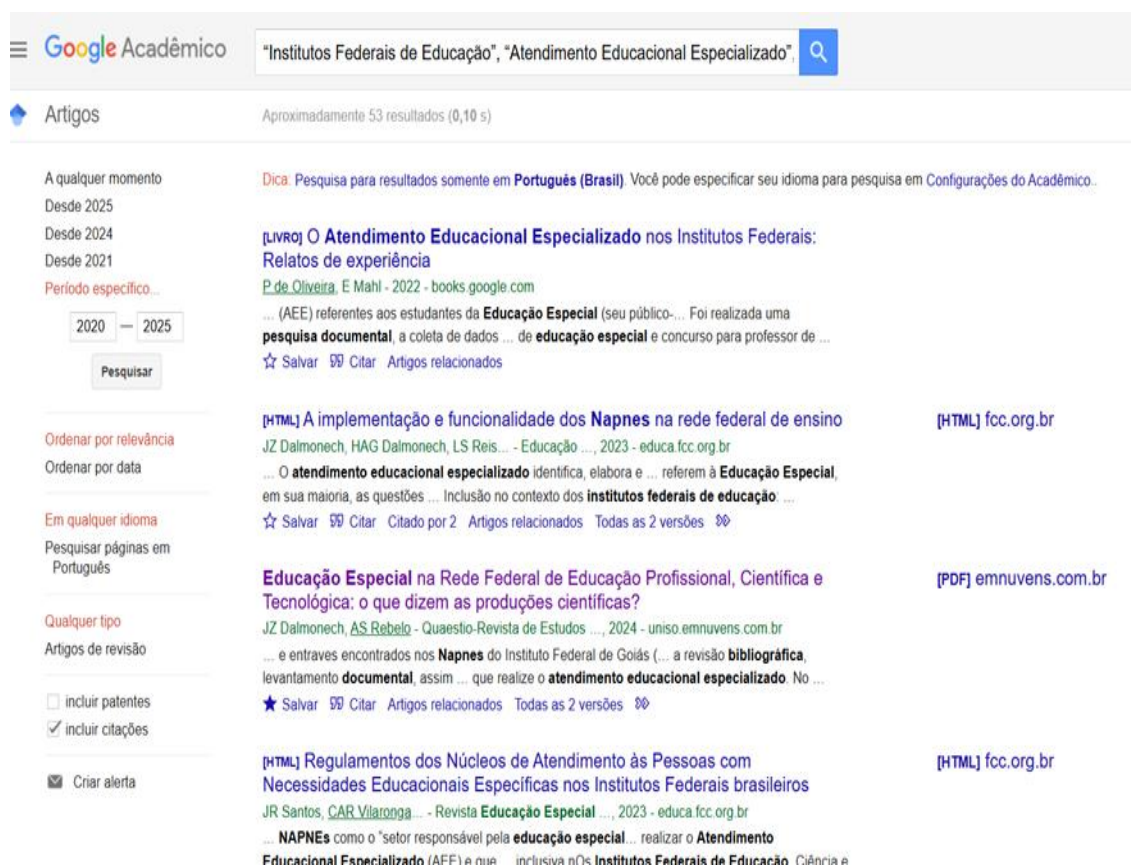
**Figura 1** — Primeira Seleção de Artigos



**Fonte:** Acervo dos Autores (2025).

Em um segundo momento adotamos como critério de seleção os trabalhos publicados no período de 2020 a 2025, em cujo recorte foram encontrados 53 trabalhos publicados, conforme Figura 2. O terceiro passo foi fazer os de critérios de exclusão: (a) livros; (b) dissertações; (c) teses. Neste sentido, de todas as 53 publicações, excluimos todos os livros, teses, dissertações que apareceram, ficando apenas os artigos. Dos artigos, primeiro analisamos se o título estaria adequado aos objetivos; em seguida, após abri-lo, lemos o resumo e as palavras-chaves, escolhendo, assim, seis artigos que atendem aos objetivos propostos.

Figura 2 — 2ª Seleção de artigo



Fonte: Acervo dos Autores (2025).

O Quadro 1 apresenta as informações dos artigos selecionados para análise e discussão. Esses estudos foram sistematizados a partir dos critérios definidos na metodologia, permitindo identificar temas recorrentes, abordagens teóricas e práticas inclusivas desenvolvidas nos Institutos Federais de Educação:



**Quadro 1** — Relação de artigos analisados

ANO	TÍTULO	PALAVRAS CHAVES	AUTORES
2025	<b>Texto 1:</b> A inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial no Instituto Federal de Rondônia: o que revelam os editais de ensino, pesquisa e extensão?	Ensino, Pesquisa e Extensão, Educação Inclusiva, Instituto Federal de Rondônia.	Valéria Pereira Lima, Luciana Cristina Pereira
2024	<b>Texto 2:</b> “A pressa é inimiga da inclusão”: tempos e espaços da educação inclusiva no IFRS campus Vacaria	Educação Inclusiva; Ensino Técnico e Tecnológico; Ajuste de Temporalidade; Adaptação Curricular.	Eveline Fischer Jéssica de Oliveira Giroto
2024	<b>Texto 3:</b> Educação Especial na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o que dizem as produções científicas?	Educação Especial; Inclusão Escolar; Napne.	Jaqueline Zanotti Dalmonech Andressa Santos Rebelo
2020	<b>Texto 4:</b> Inclusão de estudantes com deficiência nos institutos federais: a produção científica na pós-graduação brasileira (2014-2018)	Inclusão, Estudantes com deficiência, Institutos Federais, Produção científica, Pós-Graduação.	Poliana Cavalcante de Souza 1 Andreza Maria de Lima 2
2020	<b>Texto 5:</b> O uso de tecnologia nos Napnes do IFES.	Napne; Ifes; Tecnologia Assistiva;	Adriana da Costa Barbosa Reginaldo Célio Sobrinho
2024	<b>Texto 6:</b> Políticas públicas e práticas inclusivas na educação profissional e tecnológica: revisão sistemática de literatura	Inclusão, Acessibilidade, Pessoas com Deficiência	José Rodrigues do Nascimento Neto Juliana de Brito Marques do Monte Nascimento, Franciela Félix de Carvalho

3000

**Fonte:** Acervo dos Autores (2025).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os núcleos de atendimento às pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), nos institutos federais, desempenham um papel importante na inclusão e permanência de seu público-alvo, contribuindo, assim, para uma formação integral. Nesse contexto foram escolhidos seis artigos que abordam a inclusão nos Napnes de diferentes temáticas. A partir desse recorte tentamos dividir os achados em duas categorias; os desafios existentes e os avanços e boas práticas encontrados.

Em relação aos artigos selecionados: o texto 1 trata de uma revisão bibliográfica e documental que analisou os editais de ensino de Rondônia, verificando a pratica inclusiva; O texto 2 também trata de uma pesquisa documental e bibliográfica que estudou a inclusão de uma aluna em um instituto no Rio Grande do Sul; o artigo 3 é uma análise bibliográfica que teve

como objetivo analisar o processo de inclusão e o Napnes dos institutos federais de educação; o texto 4 é um estudo bibliográfico que também estudou a inclusão de estudantes com deficiência nos institutos; no texto 5, os autores procuraram identificar como os servidores que atuam nos Napnes do Instituto de Espírito Santo (Ifes) veem o desafio do uso das tecnologias; e o texto 6 é uma revisão sistemática de políticas e práticas inclusivas na educação tecnológica. Para a análise e discussões dos resultados procuramos dividir os resultados achados em duas categorias a seguir.

### **Desafios e as barreiras que ainda existem**

Dentre os desafios encontrados destacamos a falta de recursos financeiros e materiais, carência de profissionais qualificados, ausência de infraestrutura e acessibilidade. Cabe ressaltar que cada instituto apresenta desafios e avanços diferentes. Diante disso, Ciavatta (2005, p. 15) afirma que “A escola não pode estar alheia às necessidades materiais para levar adiante um processo educacional completo, efetivo”.

Conforme Souza e Lima (2020) em suas análises, as produções científicas estudadas apontam que os Napnes ainda enfrentam a falta de orçamento e a escassez de recursos humanos específicos, como a falta de tecnologia assistiva (TA). Neste sentido, Barbosa e Sobrinho (2020) defendem que o uso da TA é um direito, pois ajuda a viabilizar o acesso à informação, promovendo, então, um processo de ensino e aprendizagem inclusivo, ressaltando, ainda, a necessidade de realizar trabalhos sobre a importância da TA para a inclusão.

3001

O uso das tecnologias assistivas no processo ensino-aprendizagem é fundamental, pois pode promover a autonomia e a independência, ajudam a superar barreiras, quer sejam físicas, quer sejam comunicativas. Existem diversas TA que podem contribuir para uma inclusão plena, dentre elas lupas eletrônicas, leitores de tela, materiais em braile, sem contar tantas outras que poderão ser utilizadas em benefício da aprendizagem. Para Correa, Moro e Valentini (2021, p. 2) “A TA também pode ser vista como uma alternativa para superar barreiras, fomentando a acessibilidade, bem como a inclusão”.

No entendimento de Dalmonech e Rebelo (2024), os institutos enfrentam a falta de profissionais, falta de acessibilidade e formação de professores para atender o público da educação especial. Souza e Lima (2020) concordam com os autores supracitados no sentido de que os institutos necessitam de uma formação profissional para promover práticas inclusivas.

Barbosa e Sobrinho (2020) também reconhecem que os institutos federais necessitam de capacitação dos servidores.

Em relação à prática docente, Freire (1996, p. 1) afirma que

O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica.

A formação continuada para profissionais que atuam na educação especial é de extrema importância em razão da complexa atuação e da necessidade de atualização das práticas pedagógicas a partir das quais os profissionais tornar-se-ão capazes de transformar o ambiente em um lugar acolhedor, proporcionando ao aluno desenvolvimento cognitivo e social, fazendo com que todos superem suas adversidades.

Segundo Glat e Fernandes (2005, p. 4), “(...) para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, inclusive os portadores de necessidades especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se”.

Para superar esses desafios são necessárias políticas públicas que garantam aos profissionais uma formação plena e continuada. Por isso, deve haver colaboração entre educadores e instituições e o poder público a fim de construir um ambiente equitativo que forneça inclusão e formação adequada.

3002

A falta de acessibilidade e ausências de salas que ofereçam o AEE nos institutos também foi presenciado. De acordo com Dalmonech e Rebelo (2024), existe tanto a falta de estrutura física como falta de acessibilidade. Neste sentido, Barbosa e Sobrinho (2020) concordam que existe uma falta de espaços e equipamentos, indicando que os núcleos ainda estão consolidando sua implementação.

Outro problema apontado por Fischer e Giroto (2024) versa sobre o fato de que, quanto mais elevado o nível de escolarização, maior será a dificuldade das pessoas com deficiência em ter acesso, e que a escolarização ainda é um direito violado a esse grupo.

Nascimento, Monte e Nascimento Neto (2024) evidenciam a falta de regulamentação e descentralização das informações em relação a algumas práticas, ressaltando a necessidade de políticas nacionais na EPT que favoreçam a inclusão.

Conforme argumenta Rojas e Rodrigues (2021, p. 7);

Acessibilidade diz respeito à possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos. Dessa forma, pode-se dizer que acessibilidade, além de proporcionar a toda população o direito de ir e vir, com segurança e o melhor grau de independência possível, garante a inclusão em todos os

ambientes necessários para qualquer indivíduo. Porém, vale ressaltar que não basta apenas uma estrutura física adequada, mas também o uso correto da mesma, respeitando as diferenças de cada um.

A ausência de acessibilidade e de salas adequadas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) compromete de forma significativa o processo de inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas. Apesar de o direito à educação ser garantido a todos pela legislação brasileira, a implementação efetiva da educação especial nos Institutos Federais ainda enfrenta diversos desafios. A essas instituições cabe a responsabilidade de oferecer uma formação profissional ampla, integral e inclusiva, fundamentada nos princípios da equidade, da diversidade e da justiça social.

### **Os avanços e as boas práticas de inclusão nos Institutos Federais**

O Napnes nos institutos federais de educação têm como missão reduzir as barreiras que impedem a aprendizagem e o desenvolvimento de alunos que necessitam de uma educação complementar diferenciada. Desde sua criação é inegável que algumas conquistas e avanços em suas práticas inclusivas foram alcançadas.

Segundo Nascimento, Monte e Nascimento Neto (2024), houve aumento do número de vagas oferecidas dos institutos aos alunos com deficiências. E não é somente propor um ingresso desses alunos, mas também a permanência e a formação.

---

3003

De acordo com Camargo (2024, p. 2)

Em 1996 a Educação Especial é instituída como modalidade da educação por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), incorporando sobretudo, os princípios da Constituição Federal de 1988. Conforme a lei, compete à escola e aos profissionais de educação prepararem-se para receber os alunos com necessidades educacionais específicas, oferecendo condições de ensino e aprendizagem.

Neste contexto surgiram políticas públicas que aumentaram a oferta do número de vagas a alunos com deficiência nas escolas públicas, e, conseqüentemente, nos institutos federais de ensino.

O estatuto da pessoa com deficiência no seu Art. 27 menciona que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 19).

Dalmonech e Rebelo (2024) afirmam que os Napnes possuem uma grande importância não apenas para o desenvolvimento dos alunos, mas também para a criação de novas abordagens pedagógicas, mesmo em um contexto de dificuldades materiais. Neste contexto é possível

verificar que mesmo diante das limitações estruturais no oferecimento do atendimento educacional especializado, os Napnes vêm tentando se consolidar como espaços de articulação e resistência, contribuindo para a inclusão escolar, não se restringindo ao acesso físico, mas oferecendo um avanço significativo para a inclusão efetiva no processo ensino-aprendizagem.

Souza e Lima (2020) constataram em sua pesquisa que os institutos, apesar dos desafios (ausência de TA, recursos humanos, formação continuada de professores entre outros), vêm conseguindo caminhar e oferecer uma educação inclusiva aos alunos com deficiência. Esse esforço evidencia o compromisso institucional com os princípios de equidade e de justiça social. A superação gradual desses desafios depende de vários fatores, como o fortalecimento de políticas públicas e formação de professores, assegurando, assim, que o AEE se consolide nos Napnes.

Ao investigarem a percepção dos servidores que atuam nos Napnes sobre o uso das tecnologias assistivas no processo de ensino e aprendizagem, Barbosa e Sobrinho (2020) concluíram que, no Ifes, os recursos mais utilizados pelos alunos com deficiência são os notebooks, as apostilas adaptadas e os jogos pedagógicos. Diante do exposto, torna-se evidente que os Institutos Federais vêm se empenhando no processo de inclusão, e, nesse contexto, o desenvolvimento de práticas pedagógicas mediadas por tecnologias assistivas revela-se uma estratégia fundamental. Quando alinhadas às necessidades específicas dos estudantes e ao currículo da educação profissional e tecnológica, tais práticas ampliam as possibilidades de participação e aprendizagem, reforçando o papel das tecnologias como aliadas no enfrentamento das barreiras educacionais.

3004

Fischer e Girotto (2024) evidenciam o crescimento no número de estudantes com dificuldades de aprendizagem, bem como o aumento das solicitações de provas em formato especial durante os processos seletivos. Esses dados demonstram a preocupação dos Institutos Federais em não apenas garantir a inclusão desses estudantes, mas também promover a equidade nos critérios de acesso, assegurando condições justas para o ingresso de todos os candidatos.

Brito *et al.* (2025) mencionam que a monitoria dos estudantes vem trazendo resultados positivos na inclusão, pois o trabalho em conjunto de professores e alunos oferece uma melhor aprendizagem e autonomia dos educandos. Os autores supracitados também apontaram a presença de ações significativas, como em TEA e Libras.

Diante do apresentado fica evidente que, apesar dos desafios no âmbito da inclusão, os institutos também presenciam avanços significativos. Desde a expansão dos institutos

brasileiros de educação, procurando oferecer aos seus alunos uma educação ampla, integrada, baseada nos princípios da politécnica, defendida por Saviani.

Mantoan (2003, p. 28) defende

As condições de que dispomos, hoje, para transfor-mar a escola nos autorizam a propor uma escola única e para todos, em que a cooperação substituirá a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se articulem e se componham e que os talentos de cada um sobressaiam.

Nesse contexto, é dever da escola garantir uma educação de qualidade a todos os estudantes, independentemente de suas limitações. Embora os Institutos Federais enfrentem diversos desafios estruturais e pedagógicos, têm buscado consolidar práticas inclusivas que assegurem o direito à aprendizagem com equidade e respeito à diversidade.

Esse compromisso vai além do acesso físico à instituição, exigindo ações concretas no planejamento pedagógico, na formação docente e na oferta de recursos de apoio, como o Atendimento Educacional Especializado e o uso de tecnologias assistivas. Trata-se de uma mudança de paradigma que compreende a inclusão não como um favor, mas como um direito assegurado por políticas públicas e reforçado por práticas institucionais comprometidas com a justiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

3005

O presente trabalho teve como objetivo analisar como vêm acontecendo as práticas inclusivas nos Napnes dos institutos federais de educação. E os resultados alcançados dessa revisão sistemática tornou possível identificar avanços e desafios encontrados. Isso é fundamental para guiar futuros estudos com ações que efetivem as práticas inclusivas de alunos que necessitem de um atendimento educacional especializado nos institutos federais de educação.

Pode-se concluir com base na análise e discussões dos pesquisadores que os Napnes conseguiram oferecer um número maior de vagas a alunos da educação especial. Essa política pública contribuiu para consolidar os institutos. Isso é um ponto positivo no sentido de oferecer educação inclusiva a uma população que muitas das vezes não teve oportunidade de ter uma educação especializada inclusiva.

Porém, merece ser destacado que parte dos institutos não possuem um professor no quadro efetivo de educação especial, o que dificulta o andamento do AEE, pois a troca periódica de profissionais traz prejuízo à aprendizagem dos alunos. Dentre os prejuízos podem ser



destacados a quebra do processo pedagógico, perda do conhecimento individualizado, dentre outros fatores.

Os alunos que necessitam de um atendimento especializado é beneficiado com a rotina e vínculo afetivo com os docentes, e a cada mudança eles precisam se moldar ao ritmo do novo professor, trazendo, assim, sérios prejuízos à sua aprendizagem. No mesmo sentido, no dia a dia, o professor conhece cada dificuldade e a melhor forma de resolver. Com isso, a troca periódica de professor quebra esse elo.

Em relação às discussões dos autores, apesar da expansão dos institutos, a educação inclusiva com perspectiva inclusiva ainda está longe de apresentar evolução significativa. Isso é presenciado ao verificar que eles ainda enfrentam desafios, tais como: falta de concursos para profissionais efetivos; falta de uma formação continuada; alguns institutos não possuem um profissional formado em educação especial que atuam nos NAPNS, dentre outros.

Diante do apresentado, no que se refere às práticas inclusivas, fica evidente que apesar do grande avanço em oferecer mais vagas a alunos com deficiências — e que necessitem do atendimento educacional especializado —, os institutos ainda prezam desafios a serem superados. Consequentemente, concluímos que o oferecimento da educação especial numa perspectiva inclusiva não conseguiu avançar no ritmo da expansão dos institutos. Assim, cabe ressaltar a importância de novos concursos para professores da educação especial atuarem nos Napnes, tornando-se necessário também formação continuada aos profissionais atuantes.

3006

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. C.; SOBRINHO, R. O uso de tecnologia nos napnes do ifes. Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, v. 3, n. 3, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015, p. 2. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRITO, A. O.; SOUZA, A. C. S. L. M.; LIMA, A. M. S.; SILVA, R. P. G.; LIMA, V. P.; PEREIRA, L. C. A inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial no Instituto Federal de Rondônia: o que revelam os editais de ensino, pesquisa e extensão?. Observatorio de la Economía Latino-americana, v. 23, n. 4, p. e9639-e9639, 2025.

CAMARGO, F. P. O impacto da lei 13.409/2016 no ingresso de pessoas com deficiência nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 49, n. 3, p. 1502-1512, 2024. DOI: 10.5216/ia.v49i3.81284.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p.83-105.

CORREA, Y.; MORO, T. B.; VALENTINI, C. B. Tecnologia assistiva na educação inclusiva. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp.4, p. 2963-2970, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp.4.16060.

COSTA E SILVA, T. F.; COSTA, L. U.; ALMEIDA, D. B. A.; PREARO, L. C. Atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas em universidades e institutos federais do Nordeste: Análise dos sites institucionais. *Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, v. 9, n. 18, p. 1-13, 2020.

DALMONECH, J. Z.; REBELO, A. S. Educação Especial na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o que dizem as produções científicas?. *Quaestio-Revista de Estudos em Educação*, v. 26, p. e024004-e024004, 2024.

DERMEVAL, Diego; COELHO, Jorge A. P. M.; BITTENCOURT, Ig Ibert. Mapeamento sistemático e revisão sistemática da literatura em informática na educação. In: JQUES, Patrícia Augustin; SIQUEIRA, Sean; BITTENCOURT, Ig; PIMENTEL, Mariano (Org.). *Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: Abordagem Quantitativa*. Porto Alegre: SBC, 2020.

3007

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 1998.

FISCHER, E.; GIROTTTO, J. O. “A pressa é inimiga da inclusão”: tempos e espaços da educação inclusiva no ifrs campus vacaria. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, v. 10, n. 2, p. 01-17, 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores-Excertos. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005, p. 1087-1113.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Revista Inclusão*, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D.; FONTES, R. S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. *Educação (Santa Maria. Online)*, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Egler (Org.). A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnom, SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

NASCIMENTO, J. B. M.; MONTE, F.; NASCIMENTO NETO, J. R. Políticas públicas e práticas inclusivas na educação profissional e tecnológica: revisão sistemática de literatura. *Revista Semiárido De Visu*, v. 12, n. 3, p. 1397-1411, 2024.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. *Cadernos de pesquisa em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, 2<sup>o</sup> sem. 1996

OLIVEIRA, W. M.; DELOU, C. M. C. Terminalidade específica nos institutos federais: um panorama. *Revista Educação Especial*, v. 36, p. 1-36, 2020.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ROJAS, C.; RODRIGUES, F. S. Acessibilidade em escolas públicas regulares. *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, v. 5, n. 1, 9 out. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista brasileira de educação*, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SOUZA, Poliana Cavalcante de; LIMA, Andreza Maria de. Inclusão de estudantes com deficiência nos institutos federais: a produção científica na pós-graduação brasileira (2014-2018). In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO — CONEDU, 7., 2020, Maceió (AL). Anais [...]. Maceió, Editora Realize, 2020. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA20\\_ID4962\\_30082020192811.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA20_ID4962_30082020192811.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2025.

URBANETZ, S. T.; GUIMARÃES, A. P. As possibilidades de inclusão apontadas pela realidade dos estudantes do Instituto Federal do Paraná em um cenário de continuidade e rupturas. *Revista Mundi Sociais e Humanidades*, Curitiba (PR), v. 3, n. 3, p. 41, 2018.